



UNIGENESYS / USA

Genesys International Higher Education
Delaware / United States of America
International Distance Learning

DOC

6

1/6

AGO 22

www.unigenesys-edu.us / info@unigenesys-edu.us / WhatsApp: +55 21 987931540

A DIPLOMAÇÃO AUTENTICAÇÃO / APOSTILLE / RECONHECIMENTO

O **diploma e o histórico acadêmico superiores** são emitidos universalmente pela Universidade, através da sua Reitoria, assinados pelas competentes autoridades acadêmicas e representações legalmente constituídas. Além de legalmente assinados, são apostos seus selos oficiais, para maior fidedignidade dos documentos; sobreposto o selo seco da Universidade, quando necessário. As aplicabilidades destes diplomas superiores, em seus diversos níveis, são basicamente as seguintes:

final científica (monografia), conforme Regimento da Universidade, podendo-se exigir trabalhos acadêmicos paralelos para melhor desenvoltura dos alunos.

Não haverá o cumprimento de **Estágio Supervisionado na Graduação a distância**.

Como documentos acadêmicos normalmente exigidos, o **Histórico das Avaliações das Disciplinas do Curso (Transcript Form)** e a **Ata de Aprovação Final**

No caso do curso de Mestrado acadêmico é exigido o **reconhecimento do diploma em Universidades** no país de origem do titulado, respeitando os termos das leis vigentes e os direitos dos cidadãos e os acordos internacionais.

No **Mestrado**, exige-se a produção final científica de **uma dissertação**, bem como no **Doutorado de uma tese**, ambos com defesa, perante Banca Examinadora.

A autenticação do diploma pela Secretaria de Estado/USA, através do Apostille/Convenção de Haya, legitimará o documento internacional.

Como documentos acadêmicos normalmente exigidos, o **Histórico das Avaliações das Disciplinas do Curso, o Diploma e a Ata Aprovação Final** serão emitidos pela Instituição e entregue ao aluno concluinte aprovado, com seu devido registro da Secretaria Geral da Universidade.

A MELHOR DEFINIÇÃO DO DIPLOMA ESTRANGEIRO

O **diploma estrangeiro de Ensino Superior à Distância**, qualquer que seja a formação acadêmica, profissional ou empresarial na modalidade de ensino presencial ou a distância, conquistado pelo cidadão titulado, emitido por Faculdade, Universidade ou Instituição qualquer de ensino superior, legalmente registrada em seu país de origem, complementarmente recebida a autenticação internacional (Apostille), **é integrado ao patrimônio jurídico legal e cultural do indivíduo**.

Não existem quaisquer leis vigentes, nacionais ou internacionais, que impeçam este cidadão de apresentar-se como titulado no documento/diploma, abrangente a quaisquer áreas ou níveis de ensino, respeitadas as características descritas em documento empresarial ou educacional. **O diplomado e habilitado pela Universidade emitente, poderá utilizar este título em benefício próprio**, sem interferências corporativas ou de invalidações por órgãos de quaisquer outros países, por plena incompetência legal, salvaguardadas as aplicabilidades legais internas em seu país.

O **processo de reconhecimento** (Graduação/Mestrado/Doutorado) **do diploma estrangeiro** no país do cidadão titulado é obrigatório para o caso deste titular desejar desempenhar, em seu país, **a profissão acadêmica/empresarial diplomada**, requerer registro profissional exigido por lei, ou requerer o gozo de benefícios no sistema público do país.

O **processo de reconhecimento** (Pós-Graduação) do **diploma estrangeiro** no país do cidadão titulado é somente **obrigatório quando este desejar**



GRADUAÇÃO ACADÊMICA PROFISSIONAL

O diploma de **Graduação Acadêmica** tem adequação de carga horária igual ou superior a 3840/5310 horas aula ou 256/354 créditos. Cada crédito corresponde a 15 horas aula.

É na graduação acadêmica que se estabelece a Legalidade do desenvolvimento da profissão genérica do titulado (bacharel ou licenciado).

Na formação internacional básica da Graduação, há exigência do processo de reconhecimento do diploma em **Universidade Públicas e/ou Privadas no país de origem do Aluno**, conforme as suas leis aplicáveis, para permissão do exercício da sua profissão e validação com titulação nacional, aplicados os acordos internacionais vigentes.

Neste nível de ensino a distância não é exigida a produção da **Intenção de Pesquisa**.

Na graduação tradicional/profissional a distância não mais se exige a **produção**

serão emitidos pela Instituição e entregues ao aluno concluinte aprovado, com seus devidos registros da Secretaria Geral da Universidade.

Aplica-se a estes segmentos o desenvolvimento da Graduação Tecnológica, conforme descrita no Site Oficial.

A autenticação do diploma pela Secretaria de Estado/USA, através do Apostille/Convenção de Haya, legitimará o documento internacional.

MESTRADO – DOUTORADO

O diploma de **Mestrado** tem adequação de carga horária igual a 1155 horas aula / 77 créditos e **Doutorado** têm adequação de carga horária igual a 1380 horas aula / 92 créditos.

Nestes cursos é provida a educação nas áreas **acadêmica / empresarial** (simultaneamente) abrangendo a docência do ensino superior e as benesses do serviço público.



UNIGENESYS / USA

Genesys International Higher Education
Delaware / United States of America
International Distance Learning

DOC

6

2/6

AGO 22

www.unigenesys-edu.us / info@unigenesys-edu.us / WhatsApp: +55 21 987931540

desenvolver o exercício de docência do ensino superior ou, também para requerer o gozo de benefícios no sistema público do país. Ao diploma estrangeiro, que tenha aplicabilidade direta e exclusiva na área empresarial especificamente dos níveis de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado), não é exigido (opcional) o reconhecimento acadêmico em Universidades do país do titular, sendo a decisão de aceite deste diploma de competência legítima e legal, exclusivamente, da empresa nacional ou internacional contratante, sem quaisquer outras interferências.

Ressalta-se que o requerimento do reconhecimento do diploma de Graduação é impetrado, exclusivamente, pelo diplomado ou pelo seu exclusivo procurador, em Universidades Públicas, que tenham cursos de Graduação na mesma área ou equivalente. No caso do requerimento de reconhecimento dos diplomas estrangeiros de Pós-Graduação, também pelo diplomado ou procurador, é feito nas Universidades (públicas ou privadas), que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior, sem quaisquer interferências de outros órgãos federais, estaduais ou municipais no país, pois prevalece a **autonomia das Universidades** e suas normas específicas, sem que estas desrespeitem as disposições emitidas pelas leis dos países envolvidos.

Infelizmente, neste importante ato de reconhecimento de seus diplomas estrangeiros nas Universidades de seus países, prevalece o corporativismo, a discriminação, a falta de bom senso, o desequilíbrio das competições de cargos, enfim, situações próprias das atuais comunidades, felizmente ocorrendo isto, com somente 75% das Instituições Superiores.

A atual legislação prevê que, na análise do processo documental de reconhecimento do diploma estrangeiro (Graduação), serão apreciados principalmente, os documentos acadêmico / administrativos, pontos como equivalências das disciplinas, ministradas com as disciplinas do país, onde é requerido o reconhecimento, sem, no entanto, os avaliadores considerarem exigências de equivalências como estáticas iguais, tendo competência para tal a Comissão Examinadora da Universidade requerida, cujos educadores deverão ser designados e preparados pelas suas experiências acadêmicas, com conhecimento pleno da legislação educacional vigente e as características normativas aplicadas.

Verificada a terminologia do título do curso com semelhança aos praticados no país, lembrando **não** haver verificação de equivalência das disciplinas, devido à **não-exigência de diretrizes curriculares nestes níveis de ensino**, a não ser a verificação da compatibilidade das disciplinas com o curso oferecido, cuja matriz curricular reconhece-se ter sido aprovada e registrada pelo Conselho de Ensino da Universidade Estrangeira, seja na Graduação ou Pós-Graduação, com o uso, também, da **autonomia da Universidade Estrangeira**.

Cerca de 30% a 40% das Instituições dos países dos alunos estrangeiros ainda

estabelecem com pouco senso de receber, analisar e diferir seus reconhecimentos de estudos.

Para o cumprimento do processo de reconhecimento do diploma estrangeiro no país do diplomado e outras tramitações processuais internas no país, era requerida a **autenticação consular cartorial deste diploma**, no Serviço Consular da Embaixada instalada no país de origem da Universidade emitente, hoje substituída, nos Estados Unidos, pelo "Apostille" - Convenção de Haya - 1961, através dos órgãos competentes norte-americanos, considerada **um dos direitos constitucionais do cidadão requerente**.

A DIPLOMAÇÃO DO CONCLUINTE

A Universidade emitirá o diploma e histórico superior (avaliações) do aluno concluinte, nos Estados Unidos da América, após toda sua conclusão acadêmica e administrativa, conforme as normas registradas da Instituição, sendo registrada inteiramente na sua Secretaria Geral e providenciada a autenticação internacional do "Apostille" - Convenção de Haya - 1961, que justifica o reconhecimento da autoridade norte-americana, através da Secretaria de Estado Americano onde a Universidade esteja legalmente incorporada.

A Universidade não se predispõe a participar de acordos educacionais com órgãos públicos internacionais para evitar quaisquer desencontros de palavras ou documentais, sendo o responsável direto pelo recebimento de seus documentos mencionados, o aluno concluinte ou seu procurador legal, em local determinado pela Universidade, para sua tomada de quaisquer outras providências de registros e reconhecimentos



que julgue ter que fazer seu país de origem.

RECONHECIMENTO DE DIPLOMAS AMERICANOS

A participação em processos de reconhecimento dos diplomas americanos, conquistados por cidadãos dos países de língua portuguesa, são direitos legais estabelecidos, através de leis federais vigentes, emitidos em Instituições Universitárias no país do diplomado.

O diploma americano conquistado, emitido pela Instituição Americana deverá receber a autenticação, através do "Apostille" da Convenção de Haya - 1961, das autoridades americanas nos USA, substituindo a antiga autenticação consular, **ratificando sua autenticidade internacional** perante os demais países estrangeiros, cuja descrição está adequadamente registrada no documento "Legalização dos Documentos Públicos Estrangeiros", normatizado no site oficial da Universidade.

O processo de reconhecimento do diploma estrangeiro é usual nos países estrangeiros para o desenvolvimento do exercício profissional do titular (desempenho das profissões formadas no nível de Graduação) ou para o desempenho docente superior (desempenho da docência do ensino superior no nível das Pós-Graduações) e/ou gozo de benefícios no sistema público dos países. Este processo é, normalmente, desenvolvido em Universidades, considerando o solo acadêmico para tais finalidades.

A Universidade requerida para realizar o reconhecimento, normalmente, deverá estar desenvolvendo o ensino superior no mesmo nível ou nível superior de ensino e áreas de estudos ou ainda em áreas afins do curso requerido.

Os títulos/diplomas emitidos pela Universidade no nível de Graduação são considerados como também de Licenciatura por conta das disciplinas exigidas como Didática, Metodologia da Pesquisa Científica, Fundamentos Estruturais e Pedagógicos, entre outros, tudo isto justificado com a "aplicação da lei" da autonomia universitária do estabelecimento.

LEGITIMIDADE DO DIPLOMA

Os diplomas emitidos e registrados por quaisquer Instituições de Nível Superior legalmente instaladas em quaisquer países, qualquer que seja a formação acadêmica, profissional ou empresarial, nas modalidades dos ensinos presencial e a distância, conquistados por seus cidadãos **são totalmente legítimos e integrados ao patrimônio legal e cultural do indivíduo titular**; sem quaisquer outras necessidades operacionais de revalidações, reconhecimentos ou quaisquer outros atos que dizem, aleatoriamente, as pessoas ou órgãos diversos, necessitar para suas validações institucionais.

Não existem quaisquer leis regionais, nacionais e internacionais vigentes que legalmente impeçam os diplomados, em quaisquer países, de se apresentarem verbalmente ou por escrito, como legalmente titulados, em conformidade com a posse do documento acadêmico/profissional ou empresarial, recebido, respeitadas as leis inerentes.

Quando o cidadão diplomado não desejar reconhecer o seu diploma americano, em seu nível de Graduação, no seu país de origem ou ainda não desejar registrá-lo em Conselhos ou Ordens, não quer dizer que sua diplomação se torne ilegal ou ilegítima, ou ainda que não fique oportunizada a condição de fazer,



UNIGENESYS / USA

Genesys International Higher Education
Delaware / United States of America
International Distance Learning

DOC

6

3/6

AGO 22

www.unigenesys-edu.us / info@unigenesys-edu.us / WhatsApp: +55 21 987931540

opcionalmente, a busca do seu reconhecimento, futuramente.

Os diplomas e históricos do nível de Mestrado e Doutorado, respeitadas suas áreas ou cursos, destinados às características, quando exclusivamente empresariais, não tem exigências de reconhecimento em Universidade de qualquer país; pois não se propõe a destinação da docência superior, nem a benesse pública, cabendo esta decisão de aceite, independente e exclusivamente, à Direção da Empresa contratante, quanto ao processo interno de contratação individual daquele diplomado. Estas características têm sido destacadamente aplicáveis em todo o mundo.

No processo de reconhecimento do diploma estrangeiro em Universidades, optado pelo diplomado, esclarece-se que no estudo de equivalência dos programas de disciplinas, **a análise de equivalência não corresponde a exigência de uma igualdade**, situação indicada como conflitante nas análises das Bancas Avaliadoras em Universidades requeridas. Na análise do reconhecimento do diploma, **a detecção de alguma disparidade, no estudo da equivalência, pode ocorrer, mas não deverá levar o requerente necessariamente à imediata reprovação ou indeferimento do processo de reconhecimento**; mas sim a exigência de uma possível prova de avaliação, verificação do seu trabalho científico final ou mesmo a participação em um curso complementar da disciplina em questão, considerada uma lógica acadêmica e ratificada nas leis educacionais das melhores Universidades em todo o mundo

Sabe a Universidade não poder interferir no processo educacional da revalidação ou reconhecimento nos países dos diplomados, mas sente-se obrigada a divulgar estas considerações publicadas para melhor entendimento dos analistas e providências de seus alunos.

A iniciativa da busca da do reconhecimento do diploma conquistado é de responsabilidade exclusiva do diplomado e o processo é requerido diretamente pelo diplomado ou por pessoa física ou jurídica legal com a devida procuração.

A Universidade sente-se responsabilizada a orientar plenamente seus alunos na busca do reconhecimento de seus diplomas nos países de origem de seus alunos, mas não tem a responsabilidade de "fazer ou buscar" este procedimento de reconhecimento ou revalidação.

AUTENTICAÇÃO INTERNACIONAL APOSTILLE

Outrora, o documento educacional (diplomas) emitido pelas Universidades e Faculdades, para cidadãos estrangeiros concluintes e aprovados nos seus cursos americanos, era exigida autenticação consular no Consulado ou nas **Embaixadas de seus países** nos Estados Unidos da América, oportunizando suas validações processuais futuras (reconhecimento) em seus próprios países de acordo com suas leis.

Os **Estados Unidos da América aderiram**, oficialmente, como signatário da referida Convenção de Haya **em setembro de 2001**, sobre a **Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros**, assinado em 05 out 1961 e entrada em vigor em 24 jan 1965.

Recentemente, **06 Julho 2015, o Congresso Nacional Brasileiro aprovou a adesão do Brasil**, como membro aderente, ao texto da **Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros**, conforme texto publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 07 Julho 2015, promulgado em 29 de Janeiro de 2016 pela Presidência da República do Brasil pelo Decreto 8660.

O apostilamento de documentos públicos estrangeiros, identificados como **"apostille"**, **com base na Convenção de Haya (1961)**, **é um método simplificado de legalização de documentos para verificação e imposição da sua autenticidade no âmbito nacional (USA) e internacional**. Neste caso, visa facilitar e tornar célere as tramitações educacionais, **considerando legítimo o documento público emitido nos USA**.

Doravante os atos notariais e os documentos privados não mais necessitarão de legalização consular ou de agentes diplomá-

documento, ser realizada a tradução juramentada do documento, quando grafado na língua inglesa, para posterior processo de **reconhecimento** de estudos, quando necessários, que deve ser, exclusivamente, realizado em Universidade no país de origem do diplomado, sob seus auspícios de iniciativa e responsabilidade própria.

Os processos de reconhecimento nas Universidades Públicas ou Privadas, referentes aos diplomas superiores americanos nos países de origem do Aluno titulado são dependentes do **"apostille"**, **para legitimação às suas aplicabilidades acadêmicas (graduação e pós-graduação) no exercício da docência do ensino Superior ou benesses nos serviços públicos no país do aluno diplomado**.

O **"Apostille"** é um certificado de legalidade e legitimidade do documento público estrangeiro, com assinatura / firma / selo / carimbo, emitido por autoridade estrangeira competente do país, onde foi originado tal documento, harmonizando, simplificando e desburocratizando os trâmites necessários. O teor do **"Apostille"** pode ser legalmente redigido na língua oficial da autoridade emitente ou pode ser redigido num segundo idioma, por ele mesmo deferido.

É natural saber-se que, verbalmente ou por escrito, nenhum **"apostille"** reconhece a validade do texto contido no docu-



mentos nos países de suas origens, bastando, legalmente, seu natural apostilamento, identificado como **"apostille"**.

Quando for necessário o apostilamento poderá este ser apostado sobre o próprio documento ou mesmo numa folha específica ligada a ele e deve ser produzido conforme modelo existente constante na própria Convenção de Haya em pauta e adotado em órgão público emitente.

O **documento educacional emitido nos USA** deverá ser reconhecido cartorialmente nos Estados Unidos da América, a fim de poder-se providenciar o processo do **"apostille"** por autoridades designadas no país emitente. Poderá, quando necessário, considerando a clareza e objetividade do

documento, assim como já se destacava nos procedimentos anteriores de autenticação consular. Esta autenticidade e responsabilidade sobre o teor redacional cabe a Instituição emissora do documento, com base em seus direitos adquiridos como empresa registrada em sua origem.

Cada país aderente tomará providências que julgar necessárias para evitar que os seus agentes diplomáticos ou consulares procedam legalizações nos casos em que a Convenção as dispensas.

O **diploma estrangeiro de Ensino Superior**, qualquer que seja a formação acadêmica, profissional ou empresarial, na modalidade de ensino presencial ou a distância, conquistado pelo cidadão diplomado,



UNIGENESYS / USA

Genesys International Higher Education
Delaware / United States of America
International Distance Learning

DOC

6

4/6

AGO 22

www.unigenesys-edu.us / info@unigenesys-edu.us / WhatsApp: +55 21 987931540

qualquer que seja sua pátria, **emitido por Faculdade, Universidade ou Instituição qualquer de ensino superior legalmente registrada em seu país de origem, é, por si, legítimo e efetivamente integrado ao patrimônio jurídico legal, cultural e universal do indivíduo titulado, independente de autenticações consulares ou "apostilles" complementares.**

Não existem quaisquer leis vigentes, nacionais ou internacionais, que impeçam legalmente qualquer cidadão diplomado de apresentar-se como verdadeiro titulado na forma expressa no seu original documento / diploma, abrangente a quaisquer áreas ou níveis de ensino, respeitadas as características descritas em documento empresarial ou educacional. **Devidamente habilitado e diplomado, este cidadão tem o poder, normal e legal, de utilizar este título em benefício próprio**, salvaguardadas as aplicabilidades legais vigentes, quando exigidas no seu país, sem depreciação do documento legitimado pela Instituição de Ensino Superior.

No caso dos documentos emitidos nos USA, cabe as nomeadas autoridades americanas, credenciadas no processo da Convenção de Haya, a emitir o apostilamento em questão, tendo, especificamente, seu título "**apostille**", obrigatoriamente grafado em francês, sendo seu teor formatado de acordo com a lei, constando seu código de segurança para conferência documental de abrangência internacional.



O documento utilizado para oportunizar o registro de legitimação internacional deve ser o original, oficialmente assinado pela autoridade nominada no país de origem, podendo ainda estar autenticado com seu selo e/ou carimbos oficiais, quando requeridos. A iniciativa e as providências do requerimento do "**apostille**" é exclusivamente do diplomado, podendo haver intermediários legais autorizados pelo diplomado, reconhecidos cartorialmente. Poderá a Instituição emitente, exclusivamente, sob forma de colaboração, fazer encaminhamento dos documentos acadêmicos, para as devidas autoridades americanas nos USA (respeitadas suas leis vigentes), quando requeridos por escrito pelo aluno diplomado e aceito pela Instituição, visando seus "**apostilles**". Ratifica-se a inteira responsabilidade do concluinte ou seu Procurador Legal, no procedimento do "**apostille**" requerido,

Modelo / Cópia de Original

Apostille
(Convention de La Haye du 5 Octobre 1961)

1. Country: United States of America
- This public document:
2. has been signed by Jeffrey W. Bullock
3. acting in the capacity of Secretary of State of Delaware
4. bears the seal/stamp of Office of Secretary of State

Certified

5. at Dover, Delaware
6. the seventh day of July, A.D. 2015
7. by Secretary of State, Delaware Department of State
8. No. 0549756
9. Seal/Stamp: 
10. Signature: 
Secretary of State

com competência exclusiva para o ato em questão, com o uso de procurações devidas, mantida a responsabilidade dos pagamentos das taxas administrativas pertinentes.

Instituição **UNIGENESYS/USA - Genesys International Higher Education / Lewes / Delaware / USA** que os termos

deste documento são verdadeiros e respeitam, plenamente, a Convenção de Haya sobre a Eliminação da Exigência de Documentos Públicos Estrangeiros, assinada em 05 de outubro de 1961 e entrada em vigor em 24 de janeiro de 1965, assinado este documento em 04 de fevereiro de 2016.



UNIGENESYS / USA

Genesys International Higher Education
Delaware / United States of America
International Distance Learning

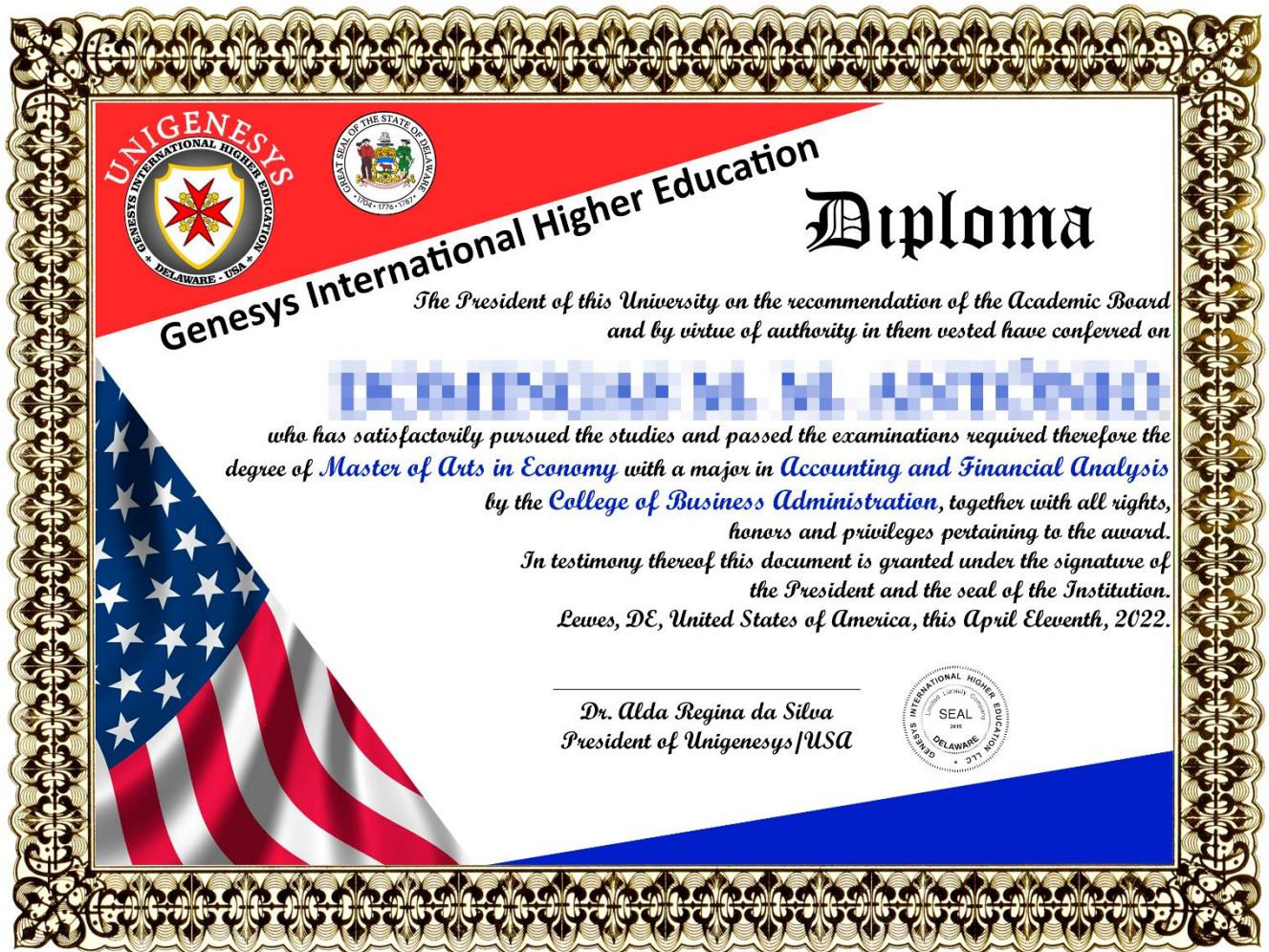
DOC

6

5/6

AGO 22

www.unigenesys-edu.us / info@unigenesys-edu.us / WhatsApp: +55 21 987931540





UNIGENESYS / USA

Genesys International Higher Education
Delaware / United States of America
International Distance Learning

DOC

6

6/6

AGO 22

www.unigenesys-edu.us / info@unigenesys-edu.us / WhatsApp: +55 21 987931540

CONFIRMAÇÕES LEGAIS

O **Diploma** é emitido exclusivamente pela Secretaria Geral da Universidade, nos Estados Unidos da América, de conformidade com seu Regimento Geral, assinado pelo Presidente ou Reitor da Universidade, reconhecido em Notary Public, aposto seus selos e/ou carimbos legais designados.

O **Transcrip Form**, documento de registro oficial das Avaliações das Disciplinas é o **Histórico Acadêmico do Aluno** na Universidade e é emitido pela Secretaria Geral da Universidade e assinado pela Presidência ou Reitoria da Instituição.

A **Ata de Conclusão/Aprovação do Curso** é emitida pela Secretaria Geral da Universidade comprovando, além de sua conclusão do curso pelo aluno, a aprovação da produção do Trabalho Científico Final de Dissertação ou Tese e suas respectivas defesas virtuais acadêmicas, quando exigidas pelo Regulamento Geral.

O **Diploma**, com o devido reconhecimento da assinatura da Presidência ou Reitoria em Notary Public estará apto a ser encaminhado (por opção do aluno) a Secretaria de Estado dos EUA ou onde as leis acolherem, para receber o apostile (exigência legal principal de autenticação de documentos internacionais, designado pela Convenção de Haya), cabendo as iniciativas, providências, cobertura de custos e responsabilidades ao aluno diplomado. A Universidade atuará na colaboração das orientações das formas vigentes da realização da designada autenticação, quando requeridas pelo aluno, por escrito, a Universidade.

O **processo de reconhecimento do diploma no país do aluno diplomado** será de responsabilidade exclusiva do diplomado, considerando suas providências e absorção de custos e acompanhantes, respeitadas as leis do país. Esta ação administrativa não pode ter a interferência da Instituição diplomante.

Os Estados Unidos da América são compostos de 51 Estados Independentes com leis suas leis semelhantes, mas não iguais, por isso havendo procedimentos diferenciados em seus funcionamentos legais.

O Ministério da Educação USA age, comumente, junto aos Estados, nos assuntos genéricos do país, na área da educação, não interferindo em registro ou autorização de funcionamento de Faculdades ou Universidades no país, cujas leis e exigências são, repetimos, distintas entre si.

Os documentos da Universidade emitidos nos EUA são verdadeiros e legítimos no EUA, não cabendo as outras nações emitir declarações aleatórias contrárias ao seu funcionamento.

A estrutura acadêmica legal, a aplicação do sistema educacional, a emissão de documentos legais, as propagandas e publicidades nacionais e internacionais são emitidas e aplicadas dos EUA.

A Universidade não ministra aulas presenciais, nem mesmo se registra ou deseja registrar-se, nem mesmo se instala, fisicamente, em quaisquer outros países, podendo nomear assessorias legais.

A Universidade não tem que buscar registro ou pedir autorização no Poder Público (Ministério da Educação de outros países) para funcionamento de seu Projeto Educacional Americano, porque seu ensino é exclusivamente virtual desenvolvidos dos EUA, oferecendo a participação (opcional) de alunos cidadãos de outros países em todo o mundo, pela ação virtual da Internet.

Todos os alunos, quando matriculados, ficam cientes e aceitam os termos de regulamentação deste Projeto Internacional Americano de Ensino a Distância.